

**BOLETIM EXTRAORDINÁRIO  
CAAF/UNIFESP DE  
ENFRENTAMENTO DA  
COVID-19**

Mortos e mortes da Covid-  
19: saberes, instituições e  
regulações

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

## Chamada pública de colaborações para o Boletim Extraordinário CAAF/Unifesp de enfrentamento a COVID-19.

Em atenção à pandemia causada pelo novo coronavírus, cujo impacto, velocidade de contaminação e letalidade atingem proporções dramáticas, o CAAF deu início, em abril de 2020, à produção do **Boletim Extraordinário de enfrentamento da Covid-19**. O intuito é contribuir para a coletivização dos esforços por registrar, acompanhar e analisar a evolução da pandemia, assim como de sua gestão política e institucional no Brasil. Propomos, assim, um espaço para a troca e o diálogo entre pesquisadores, profissionais e ativistas que atuam nos campos das humanidades e da saúde, nas ciências forenses, nos direitos humanos, assim como nos movimentos e nas lutas sociais. **No sentido de aprofundar a iniciativa, estamos abrindo ampla chamada para contribuições.**

### Aceitaremos:

Entrevistas, ensaios variados, entre notícias sobre iniciativas e pesquisas em curso, reflexões de caráter teórico e/ou metodológico, análises sobre a gestão política da emergência e/ou acerca de dispositivos, documentações, regulações e agenciamentos postos em curso como parte da gestão sanitária da pandemia no Brasil, por fim, nos interessam relatos etnográficos, profissionais ou pessoais sobre vivências nos contextos de enfrentamento da doença, tais como equipamentos de saúde, prisões, instituições que realizam a gestão dos mortos e da morte, nos territórios e comunidades, nos movimentos sociais, entre outros.

### Qual o prazo de submissão?

O boletim CAAF|Unifesp é de **fluxo contínuo**. Os textos serão avaliados e depois publicados de acordo com a edição da semana.

Os textos devem ser enviados para **boletimcaafunifesp@gmail.com**

### ESPECIFICAÇÕES PARA O TEXTO:

- Até a 4 laudas (as referências e notas de rodapé não contam como laudas);
- Folha A4;
- Texto, fonte Calibri 12;
- Título, fonte Cambria 22 em negrito;
- Espaçamento entre linhas 1,0cm;

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

- Parágrafo, recuo da primeira linha de 1,25cm;
- Adicionar espaço depois do parágrafo;
- Notas de rodapé ao fim do texto;
- Para referências de textos *online* colocar o título do texto em formato de *hiperlink* para sua versão *online*. **Exemplo:** [Povos indígenas reforçam barreiras sanitárias e cobram poder público enquanto covid-19 avança para aldeias](#);
- Para referências de textos *online* dentro de revistas, boletins ou algum outro tipo de documento. Colocar o nome da revista, boletim ou documento e o título do texto em formato de *hiperlink* para sua versão *online* com o título do texto referenciado em **negrito**. **Exemplo:** [Boletim CAAF|Unifesp de enfrentamento a Covid-19 Nº 6. \*\*A Covid-19 entre os povos Tupinikim e Guarani no Espírito Santo: dados preliminares.\*\*](#)

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/  
reitoria/caaf

## Sumário

---

<b>Editorial</b>	1
<b>Opiniões</b>	
Operações policiais, produção de mortos e investigação de mortes: violência policial em meio à pandemia.	4
<i>* Flavia Medeiros</i>	
Quando o inimigo mora em casa: notas sobre violência doméstica, isolamento social e Covid-19.	8
<i>* Fabiana de Andrade</i>	
A Nairóbi-Fora-da-Lei contra as Pandemias.	12
<i>* Wangui Kimari; Evandro Cruz Silva(tradução)</i>	
"Continuam matando nossos meninos"!	18
<i>*Débora Maria da Silva</i>	
A luta na favela em tempos de pandemia continua sendo pelo direito de viver.	21
<i>* Fórum Social de Manguinhos e Mães de Manguinhos</i>	
<b>Notícias</b>	
O Estado que mata.	26
<i>*Aline Khouri</i>	
Segurança pública e pandemia em debate virtual.	28
<b>Relatório</b>	
Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.	31
<i>* Daniel Veloso Hirata; Carolina Christoph Grillo; Renato Dirk</i>	

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

## Editorial

O Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF/Unifesp) é uma instituição de pesquisa e formação em direitos humanos que trabalha em torno da temática das graves violações cometidas pelo Estado. A morte e os destinos dos mortos, enquanto problema de estudos, se constituem como pilares para o entendimento da violência institucional.

Diante da pandemia causada pelo novo coronavírus, cujo impacto e velocidade de contaminação atingem proporções nunca vistas em nossa história, a questão sobre como os óbitos estão sendo pensados, recebidos, regulados pelas instituições responsáveis, pelos profissionais da área forense e, de modo geral, pela sociedade torna-se um problema urgente.

O número 7 do Boletim Extraordinário do CAAF-Unifesp sobre o enfrentamento da pandemia agrega e traz a público uma série de artigos de opinião que tratam da mortalidade produzida por ações e omissões do Estado em tempos de pandemia. Do interior de suas casas, a insegurança e o risco de morte são experienciados diariamente por habitantes de favelas e periferias, longe das garantias elementares de vida e dignidade e na mira das operações policiais.

Igualmente inseguros são os lares de meninas e mulheres vítimas de violência doméstica. Como outro efeito perverso da pandemia, o Disque 100, canal que acolhe denúncias de violações de direitos humanos registrou diminuição de denúncias, possivelmente como reflexo da convivência intensificada com os agressores.

O mini lockdown em Nairobi e as consequências da governança urbana colonial imposta pela Nairobi Metropolitan Services são também noticiados e analisados nesta edição. A expulsão de populações para regiões “fora-da-lei”, a violência e execuções extrajudiciais, incluindo a que culminou na morte de um garoto de 13 anos atentam para o fato de que o extermínio como modo de gestão de territórios é um projeto que atravessa as periferias do mundo.

Frente à violência policial e às políticas de morte nas favelas, organizações de mães eclodem, encarnando o luto e a luta de comunidades inteiras. Passados 14 anos dos “crimes de maio de 2006” - modo como ficou conhecida a execução por agentes policiais de mais de 600 jovens no estado de São Paulo -, representantes do movimento “Mães de Maio” falam da trajetória por justiça e das perdas colaterais nas famílias das vítimas. No Rio de Janeiro, os movimentos “Fórum Social de Manguinhos” e “Mães de Manguinhos” unem-se para denunciar as políticas de morte, ao mesmo tempo que organizam doações de alimentos e kits de higiene às famílias necessitadas, em um gesto político profundo, necessário e urgente.

A sessão de notícias mostra como a morte de um adolescente em São Paulo virou o estopim para protestos que denunciam a ação violenta da polícia militar nas periferias e que culminou no anúncio de um novo treinamento policial, anunciado pelo governador nesta semana. Segurança e pandemia também foi o tema do debate virtual promovido por profissionais e professore/as do Direito. Um resumo da discussão compõe este volume, e a versão integral está disponível na página do Facebook do CAAF.

Encerra este volume a análise das estatísticas de morte em ações policiais no Rio de Janeiro nos quinze primeiros dias de vigência da Medida Cautelar deferida pelo Ministro Fachin. O relatório, produzido pelo Grupo de Estudos sobre Novos Illegalismos da UFF para instruir a ADPF 635, é aqui republicado na íntegra. Apesar de constatar a eficácia em preservar vidas da Decisão, observou-se que operações policiais continuam sendo realizadas. O caso vai a julgamento hoje, em sessão virtual do STF. A decisão de Fachin foi noticiada e comentada na edição de número 6 deste boletim.

Nós, do CAAF/Unifesp, desenvolvemos em nossos projetos de pesquisa e de consultorias parcerias com os movimentos sociais, procurando a confluência entre os saberes das lutas pela vida digna com o conhecimento científico. Isso nos mantém em contato permanente com familiares de vítimas das graves violações, nos levando a considerar as formas com que a morte e os mortos se caracterizaram como um problema de direitos humanos.

O objetivo deste Boletim é o de contribuir para a rede de informações, documentos e análises relacionando ciências forenses, direitos humanos e lutas sociais.

São Paulo, 26 de junho de 2020.

Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF|Unifesp).

Rua Joaquim Távora, 168. Vila Mariana. São Paulo-SP. CEP: 04015-010

Telefone: (11) 3385-4100 | VOIP: 8958

E-mail: caaf@unifesp.br



**OPINIÕES**

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

## Operações policiais, produção de mortos e investigação de mortes: violência policial em meio à pandemia.

FLAVIA MEDEIROS

\* Antropóloga, Cientista Social. Professora UFSC. Pesquisadora GEPADIM/INCT-InEAC.



Uma das recomendações primordiais durante a pandemia tem sido a de que as pessoas devem ficar em casa, garantindo assim o distanciamento social para prevenir a contaminação pelo novo coronavírus. E era na casa de seus tios que estava o adolescente de 14 anos, João Pedro, na tarde do último 18 de maio, quando foi atingido nas costas por um tiro de fuzil 556 disparado por policiais civis que invadiram o imóvel onde ele estava com um de seus primos e quatro amigos (SOARES, 28/05/2020). João Pedro tinha bronquite e por isso, no contexto da

pandemia, era incluído na população de risco, o que reforçava a preocupação de seus pais com a sua proteção. Quando viram os helicópteros sobrevoando a região conhecida como Complexo do Salgueiro, tanto seus pais quanto sua tia, alertaram os adolescentes sobre como proceder. Como declarou sua mãe em entrevista ao Jornal Extra: “(eles) ligaram para os responsáveis, perguntaram o que deveriam fazer. A tia do João Pedro disse: “Se eles baterem, abre a porta, deixa entrar. Não tem problema nenhum, vocês estão dentro de casa”. Nós achávamos que os policiais iriam protegê-los.” (SOARES, 14/06/2020). Ao ouvir o barulho dos rasantes do helicóptero da polícia se aproximando da casa, os jovens saíram correndo da área de lazer, uma varanda com mesa de sinuca, jardim e piscina, e se protegeram dentro da casa. A invasão policial se deu durante uma operação da Polícia Federal (PF), e teria como prerrogativa a busca e apreensão em dois endereços, a partir de autorização de mandando do plantão judiciário do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) sendo realizada com apoio da Coordenaria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). Nenhum desses endereços era da casa onde estava João Pedro. (SOARES, 13/06/2020).

Baleado, o adolescente foi levado no helicóptero da polícia e seus familiares esperavam que fosse ser oferecido atendimento médico e, portanto, foram procurá-lo nos hospitais da região. Por volta das 21h30 do 18 de maio, via a rede social Twitter diante do desespero de saber onde estava João Pedro, um de seus primos tuitou sobre o ocorrido e compartilhando uma foto do rosto adolescente, exclamou por ajuda:



# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

“GENTE PELO AMOR DE DEUS ME AJUDEM! ESSE É O MEU PRIMO JOÃO PEDRO MATOS PINTO TEM 14 ANOS E ESTAVA HOJE POR VOLTA DAS 16h EM CASA NA (PRAIA DA LUZ) SÃO GONÇALO RJ EM UMA OPERAÇÃO DA POLÍCIA (...) POR FAVOR ME AJUDEM SEGUNDO OS PRIMOS QUE ESTAVA COM ELE A POLÍCIA PEGOU ELE COLOCOU NO HELICÓPTERO E NÃO DEIXOU NINGUÉM IR ATÉ AGORA NINGUÉM ACHOU O CORPO NEM NOTÍCIAS QUEM PUDER AJUDAR LIGA PARA ESSE NÚMERO (21) XXXXXXXXX.”<sup>1</sup>

Apenas na manhã seguinte, cerca de 18 horas depois do ocorrido, os familiares de João Pedro tiveram notícias do seu corpo: ele estava no Pólo Regional de Polícia Técnico Científica (PRPTC) do Colubandê, em São Gonçalo, onde foi submetido ao exame necroscópico efetuado pelo Instituto Médico-Legal (IML), ambos órgãos da mesma Polícia Civil da qual são integrantes os policiais civis que participaram da operação da PF que matou João Pedro. Ao invés de se direcionar ao Hospital Alberto Torres que fica no bairro do Colubandê e é referência na região para atendimento de urgência de baleados em São Gonçalo, a aeronave da CORE tinha levado o corpo de João Pedro ao outro lado da Baía de Guanabara, até o heliporto na Lagoa Rodrigues de Freitas, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro e só depois de constatar sua morte, voltou para São Gonçalo.

A repercussão do caso e os desdobramentos da morte de João Pedro, enterrado no dia 19 de maio no Cemitério São Miguel, tem ocupado espaço na mídia e nas redes sociais. O trabalho que tem sido conduzido pelo jornalista Rafael Soares sobre a operação e a investigação, ainda em andamento, da morte de João Pedro tem explicitado uma série de práticas convencionais nas operações policiais e nas investigações de mortes de jovens negros moradores de favela. Como resultado, além da morte do adolescente, a operação logrou a mera apreensão pela PF de 2 contas de gás, 1 celular e 1 automóvel (SOARES, 08/06/2020). Os elementos da investigação conduzida em inquérito policial pela Divisão de Homicídios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí (DHNSGI) incluem adulteração do local de crime (SOARES, 10/06/2020); contradição, omissão de informações e alteração de depoimentos por parte dos policiais civis investigados (SOARES, 30/05/2020); retenção de evidências por parte dos suspeitos (SOARES, 01/06/2020) e a interferência direta na produção de provas técnico-científicas (SOARES, 03/06/2020), incluindo a participação direta do diretor da DHNSGI na operação policial que vitimou fatalmente João Pedro e no inquérito de sua investigação (SOARES, 18/06/2020 e 23/06/2020).

A forma como a morte de João Pedro tem sido investigada explicita uma das problemáticas fundamentais na elucidação e produção de verdade em casos de homicídios, especialmente aqueles provocados em operações policiais: a falta de autonomia e independência na condução de investigações e na produção de provas. A relação entre os investigados com os investigadores permitem interferências na condução do inquérito policial e demonstram como se faz necessária a autonomia e independência da perícia técnico-científica. No Rio de Janeiro esta funciona sob forma de órgão policial vinculado a Polícia Civil, possibilitando que os membros da mesma polícia que esteve na operação que matou João Pedro sejam os que investigam e produzem as provas que irão indicar a linha de investigação deste inquérito policial, apontando os responsáveis pela morte do adolescente.

## Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

Em meio a maior crise sanitária do século, devido a pandemia por corona vírus, e da emergência da denúncia antirracista contra a violência do estado em diversas partes do mundo, se evidenciam uma série de mecanismos que acionam as engrenagens de um necropoder que mata e deixa morrer. As estruturas racistas e autoritárias das instituições de controle agem impedindo que vidas negras sejam tratadas como dignas, ora diante das limitações e dificuldades para suprir as necessidades de cuidado e acesso à saúde, ora pela violência militarizada e burocratizada da brutalidade policial. Três dias antes, de João Pedro ser morto, em 15 de maio, uma operação policial do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) da Polícia Militar resultou numa chacina com a morte de 13 pessoas no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro (MENDONÇA, 17/05/2020). No mesmo dia da morte de João Pedro, na favela do Acari, Rio, o jovem Iago César, de 21 anos foi torturado e morto por agentes policiais do BOPE (EXTRA, 20/05/2020). Naquela data o país alcançava o registro de 15 mil mortes na pandemia. No dia 20 de maio, foi o jovem de 18 anos Vitor Gomes, que participava da distribuição de alimentos na Cidade de Deus, quando foi alvejado e morto por policiais militares (ALMEIDA, 21/05/20). Um mês depois da morte de João Pedro, já foram registradas mais de 50 mil mortes pela pandemia e seguem crescendo. Assim como aumentam as operações policiais e os vitimados nessas operações, que funcionam quase de forma padronizada no que se refere a sua eficácia em matar e na prática de adulterar a cena do crime (SOARES, 04/06/2020). Ação de agentes do estado ou omissão destes mesmos, que produzem mortos sem cessar, acumulam mortes que poderiam ser evitáveis e produzem verdades que escondem os fatos.

A morte de João Pedro repercutiu de tal maneira que chegou ao Supremo Tribunal Federal e em resposta à ADPF 635 apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e assinada por uma série de movimentos sociais de favela e organismos de defesa dos direitos alinhadas com a pauta antirracista. Por decisão preliminar, o ministro Edson Fachin determinou a suspensão de operações policiais durante a pandemia “salvo em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – responsável pelo controle externo da atividade policial” (FACHIN, 2020). Na decisão, publicada no dia 5 de junho de 2020, os casos da chacina no Alemão, da morte de João Pedro e de Iago foram mencionados como eventos que demonstram a necessidade de protocolos para garantir o que seria o adequado uso da força policial. Entretanto, o próprio governo do estado, liderado por uma autoridade que depois de eleita afirmou que policiais deveriam “mirar na cabecinha” para atirar contra suspeitos (VEJA, 01/11/2018), logo anunciou que não há como suspender as operações e já no dia seguinte a decisão, a polícia militar promoveu uma operação policial no Complexo do Alemão (MELLO, 06/06/2020). No dia 12 de junho, uma nova operação da PM foi realizada na região onde vivia João Pedro, no Complexo do Salgueiro (AMORIM, 13/06/2020)

Com a repercussão do morte de João Pedro, aqueles que não vivem em regiões onde ocorrem operações policiais e que não estavam atentos ao aumento de tais ações letais durante a pandemia, acessaram como as atividades estatais que resultam em mortes por meio de execuções sumárias continuam a operar, seguindo como parte da realidade social e da vida cotidiana daqueles que habitam favelas, periferias e subúrbios das regiões metropolitanas do país. Somada às dificuldades impostas pelo isolamento social e pelos riscos da doença do novo coronavírus, em vários desses territórios, as forças estatais tem mobilizado operações policiais que atingem a vida de todos que habitam esses territórios, vitimando fatalmente, sobretudo jovens negros. Operações policiais cujos resultados principais são o impedimento da vida e produção de mortos, aprofundando os efeitos das desigualdades raciais que estruturam a sociedade brasileira e que se reproduzem por meio de ações e omissões dos agentes responsáveis pelas instituições de estado.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

## FONTES E MAIS INFORMAÇÕES:

<sup>1</sup> Post reproduzido aqui com alterações, autorizado pelo autor do post. Durante aquela noite, uma série de perfis interagiram com os tuítes do primo de João Pedro, aumentando o alcance daquela informação e repercutindo o que até então era um desaparecimento. Sob a hashtag #procurasejoapedro, mais de 140 mil posts compartilharam para visibilizar o caso.

[Tutela provisória incidental na medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental 635 rio de janeiro](#)

[Casa onde João Pedro foi morto tem 72 marcas de tiros, diz entidade](#)

[Jovem é morto durante entrega de cestas básicas no RJ; vizinhos criticam PM](#)

[PM faz operação em comunidade no Rio, mas diz que não desrespeitou suspensão de ações na pandemia](#)

[Família de jovem morto em operação do Bope em Acari denuncia tortura](#)

[O massacre que interrompeu a quarentena no Complexo do Alemão](#)

[Após STF proibir operações, policiais trocam tiros no Complexo do Alemão](#)

[A polícia interrompeu o sonho do meu filho', diz pai de jovem de 14 anos morto a tiro em casa durante operação em São Gonçalo](#)

[João Pedro foi baleado pelas costas, revela laudo cadavérico](#)

[Policiais investigados por homicídio de João Pedro mudaram versões sobre disparos](#)

[Caso João Pedro: policial investigado só entregou fuzil uma semana após homicídio](#)

[Policial investigado por morte de João Pedro ficou com material apreendido na operação](#)

[Caso João Pedro: dois policiais investigados já responderam por alterar cena de crime](#)

[Contas, celular e carro: o saldo da ação da PF que culminou no homicídio de João Pedro](#)

[Caso João Pedro: policiais recolheram estojos de cartuchos antes de perícia chegar ao local do crime](#)

[Testemunhas contradizem relatos de policiais investigados pelo homicídio de João Pedro](#)

[Para mãe, João Pedro foi vítima de racismo: 'Se fosse na Zona Sul, eles não entrariam atirando](#)

[Delegado que investiga caso João Pedro é afastado da reprodução simulada](#)

[A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo](#)

## Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

## Quando o inimigo mora em casa: notas sobre violência doméstica, isolamento social e Covid-19.

**Fabiana de Andrade**

*\* Antropóloga e integrante do Hybris/PPGAS/USP e pós-doutoranda no NUDERG/LAV/UERJ*

Houve um tempo, em um passado recente, no qual víamos multiplicarem-se números e histórias de mulheres e meninas mortas, estupradas, agredidas, ameaçadas e xingadas, estampados nas páginas dos jornais, sussurradas em conversas nas rodas de amigos e familiares, aos berros em cartazes e vozes pelas ruas. Eram tempos em que se digitássemos nos sites de busca “mulher foi assassinada...” ou então “mulher foi agredida...”, logo em seguida apareceria o nome de seus então maridos, namorados, colegas, ex-companheiros e ex-namorados ou mesmo pai e padrastos. Os primeiros resultados dessa busca rápida mostrariam sempre a figura de um homem, o qual também seria sempre alguém conhecido pela mulher ou menina assassinada, estuprada ou agredida. Nesses tempos, flertando com um léxico epidemiológico, dizíamos que existia uma epidemia no Brasil (ou era já uma pandemia no mundo?) de violência contra a mulher e meninas. Naquele tempo, não há muito, o “vírus” que atingia essas mulheres tinha cara, documentos oficiais e compartilhavam com elas de afetos e dores, imprimiam violências em seus corpos, memórias e relações. Esse “vírus” também tinha endereço fixo que, na maioria das vezes, era também o da mulher.



Então, nesses tempos tão avizinados de nós, de duração imprevisível e sem protocolos de distanciamento social, eu ainda podia me encontrar com Maria. Ela, uma senhora de 60 anos, carregava em uma das mãos a lembrança de uma tentativa de assassinato que sofrera pelo “marido”, como ainda o chamava. Mesmo depois de quase perder a mão, Maria me falava da delicadeza dos sonhos de uma mulher. “Qual o sonho de toda mulher?”, dizia, “é o casamento, se vestir de noiva, depois ter os filhos, viver bem”. Eu ouvia aquela mulher, que era mãe, e sempre me dizia que para ela isso fazia uma pessoa se reconhecer como mulher, como um ato de fundação de gente, e que continuava a manter contato com o “marido”, mesmo depois do “acidente”, em eventos familiares, “nunca sozinha”, como me contava. O casamento, para ela, era viver em harmonia, “um entendendo o outro”; era como um destino, um caminho esperado. Como ela, outras mulheres com quem me encontrei nas minhas pesquisas de campo compartilhavam, além de memórias doloridas de violências, o casamento como parte de um planejamento de vida: casar, depois ter os filhos e viver em harmonia.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

A emergência do corononavírus no Brasil, oficialmente em fins de fevereiro de 2020, modificou protocolos de contato social, exigências de vestimenta, impôs horas exaustivas de trabalho, evidenciou suas assimetrias generificadas e cruéis de raça e de classe. O vírus invisível, que alguns renegam a existência ou a extensão, exigiu, a contragosto de governos e gestões públicas, o distanciamento social como tentativa de contenção e controle. A rua, lugar de expiação e contágio, precisava ser evitada; então, a casa surge como o lugar de proteção e cuidado. Era, portanto, preciso ficar em casa, em isolamento social. A orientação necessária para conter um vírus, o corononavírus, expôs muitas mulheres ao convívio cotidiano, diário e sem interrupção a situações de violência doméstica. Aquelas que elas suportavam, enfrentavam e viviam em um tempo específico do dia, da noite ou aos finais de semana. Estar isolada do convívio social as colocava em convívio com o agressor e o inevitável transbordamento das agressões e xingamentos para filhos e outros expectadores.



A Covid-19 não criou o problema “violência contra a mulher” ou a “violência doméstica”, mas potencializou algo que antes era possível dosar no dia-a-dia, encontrar momentos de fuga ou estratégias para procurar apoio. Um momento em que o tempo era mais longo e dilatado, permitindo suspensões momentâneas daquilo que o corpo experimentava. O risco do contágio da Covid-19, no entanto, obrigou mulheres a ficarem expostas em suas casas a seus agressores. Portanto, o que a Covid-19 fez foi juntar temporalidades, encurtar o tempo e potencializar intensidades, esgotando a capacidade do corpo de suportar o “conhecimento venenoso” de uma relação violenta e abusiva que corrói aquele “sonho de mulher” do casamento e dos filhos vivendo em harmonia. É certo que esse não é o desejo de todas as mulheres, porque não existe um perfil rígido sobre quem é essa mulher. Aliás, essa é uma das principais características dessa forma de violência: não existe um perfil de mulher que poderá sofrer violência. Entretanto, envolvidas em relacionamentos amorosos que tornam-se, pouco a pouco ou de súbito, violentos, essas mulheres permanecem nos relacionamentos pelos filhos, para “salvar” ou “proteger” a família, por acreditar na existência do amor (que, “quando verdadeiro, não se desiste”) e por uma extensa série de porquês. Na dobra das temporalidades, o que a Covid-19 proporcionou foi explodir qualquer aparência de um ciclo da violência intermitente e conhecido. As espirais do que é lembrado e esquecido, reajustadas para possibilitar suportar a desilusão corroída do planejamento ensaiado de vida, também se ajustaram. Aquela previsibilidade que um ciclo traz – depois da briga, virá a lua-de-mel –, esfacelou-se. A imprevisibilidade fez-se presente e, com ela, os riscos do agravamento das agressões, da extensão dessas para os filhos, quando existem, e o risco do feminicídio.

## Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

Em um momento de permanência diária em casa, ficou mais difícil também procurar ajuda nos canais conhecidos para extravasar o peso do cotidiano e diluir as lembranças. O isolamento social evita o contato com lugares de apoio ou de escape: centros de referência, delegacias especializada, defensoria pública e a família, a igreja, o encontro com amigos, entre tantas outras possibilidades. Com a Covid-19, vimos a redução dos registros de boletins de ocorrência. Como sair de casa se o tempo todo se está na presença do agressor? Ao mesmo tempo, viu-se aumentarem as chamadas de emergência para a Polícia Militar, pelo 190, canal em geral acionado por vizinhos ou terceiros que presenciam o conflito entre o casal. Também se viu aumentarem os números em canais de denúncia como o Ligue 180<sup>1</sup>, no qual terceiros podem registrar uma denúncia, ou mesmo a mulher, através de ligação, endereço de e-mail ou de um aplicativo pelo celular.<sup>2</sup>

Com o isolamento social e a restrição do contato físico, multiplicaram-se canais de denúncia e formas de apoio, através da internet e do celular, que não emitissem sons e, através dos quais, seria possível que a mulher escapasse da vigia do agressor. As ações são extensas e vão desde canais governamentais de denúncia, como o Ligue 180 e registros de Boletins de Ocorrência *on line* para registro de violência doméstica, como aplicativos de orientação para mulheres<sup>3</sup> em situação de violência e atendimentos psicológicos *online*.<sup>4</sup>

A violência doméstica tem muitos personagens: a mulher, a criança, adolescentes, idosos. É verdade que não é somente a mulher que vive as intensidades de atos de violência praticados, em sua maioria, por homens. Basta olharmos as estatísticas, reportagens e artigos de jornal ou apenas olharmos para o lado: são homens que praticam atos violentos. Por mais que alguns possam também sofrer violência, não são eles que morrem nas estatísticas pelas mãos de suas esposas e namoradas. Na grande maioria das vezes, eles são os autores da violência. Isso porque, as mesmas normas de gênero e de sexualidade que enunciam nas falas das mulheres o desejo “do casamento, se vestir de noiva, depois ter os filhos, viver bem”, produzem práticas violentas e de sentimentos de posse que autorizam os homens a agredir, ofender e humilhar corpos femininos. São práticas que não se restringem aos relacionamentos amorosos, mas têm ali sua faceta mais dura e perigosa. As mulheres, criadas para sempre se colocar no lugar do outro e se culparem por aquilo que não lhes cabe, permanecem em relacionamentos violentos por acreditarem que é sua responsabilidade resolver, cuidar, curar e suportar dores e imponderáveis em nome da família. Ainda, muitas vezes, quando tentam sair de uma situação ruim ou violenta, e procuram a orientação de familiares, amigos ou a igreja, são recolocadas nesse lugar da mulher dentro da família e desmotivadas a saírem da situação de risco e de dor. Mesmo aquelas que não possuem filhos, assim se sentem compelidas a permanecer na relação, pois “o amor verdadeiro tudo suporta”.

As ações e estratégias de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher precisam se orientar em visibilizar com afinco as dinâmicas e práticas acionadas por normas de gênero e de sexualidade. Tal desconstrução começa por dimensionar o lugar da mulher enquanto sujeito atravessado por multiplicidades e potências que não se restringem ao seu lugar como família, como esposa, namorada ou como filha. Esse deve ser o caminho e o horizonte de políticas públicas, estratégias de ação e formas de acolhimento de mulheres e meninas em situação de violência. Do contrário, a casa e a família continuarão a ser o lugar mais perigoso para mulheres e meninas no sonho do “casamento, se vestir de noiva, depois ter os filhos e viver bem”.

## Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

### FONTES E MAIS INFORMAÇÕES:

<sup>1</sup> Importante registrar que o Ligue 100, disque denúncia de violações de Direitos Humanos, apresentou redução de denúncias de crimes contra crianças e adolescentes. Este é também um reflexo da convivência intermitente com os agressores e já se estima que, em um momento pós-pandemia ou de fim do isolamento, veremos os números de denúncias aumentarem também. Isso porque, crianças e adolescentes voltarão a ter contato com pessoas e instituições externas ao convívio doméstico.

<sup>2</sup> O Ligue 180, política pública que existe desde 2005, possibilita a denúncia e seu encaminhamento pelos órgãos responsáveis e pode ser acionado pelo telefone da (o) denunciante (fixo ou celular), por e-mail ([ligue180@mdh.gov.br](mailto:ligue180@mdh.gov.br)), pelo aplicativo “Proteja Brasil” (acessado pelo celular) ou pelo site da [Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos](#).

<sup>3</sup> Por exemplo, um assistente virtual criado pelo Instituto Avon que orienta as mulheres sobre como procurar por ajuda, através de mensagens via WhatsApp pelo número (11) 94494-2415.

<sup>4</sup> Como é o caso do [Mapa do Acolhimento](#), que conecta gratuitamente mulheres em situação de violência a uma rede de advogadas e psicólogas.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

## A Nairóbi-Fora-da-Lei contra as Pandemias.

Wangui Kimari

\* African Centre for Cities (ACC), University of Cape Town

Tradução: Evandro Cruz Silva, Universidade Estadual de Campinas

*“Você sabe que vive em um estado falido quando no meio de uma pandemia o governo se torna uma pandemia mais grave. É o governo competindo com o Covid-19 sobre quem vai exterminar os quenianos primeiro? Nós precisamos protestar!”*

(Njoki Gachanja, Social Justice Centers Working Group (SJCWG)-Kenya)

O esperado era que houvessem cadáveres por todo canto. Todo mundo previa que o Covid19 causaria uma onda gigante de infecções e mortes na África, principalmente pela combinação entre os grandes aglomerados urbanos pobres, acesso insuficiente à água potável e as dificuldades de acesso a sistemas de Saúde (cf Okereke and Nielsen 2020).

Até mesmo na realidade local queniana, logo após a confirmação do primeiro caso em 13 de Março de 2020, o governo previu que a marca de infectados passaria dos 10 mil ao final de Abril. Nós estamos agora próximos do fim de Maio, temos 1161 casos confirmados e 50 mortes.

Até o momento, África é o continente menos afetado psicologicamente pelo coronavírus: juntos, os 54 países somam algo em torno de 100,000 casos e pouco mais de três mil mortes. Apesar dos níveis de infecção e letalidade ainda serem significativos, além da persistência dos fatores de risco da região (como por exemplo a pobreza e a falta de unidades terapia intensiva e de ventiladores pulmonares), ativistas atualmente apontam para “outra pandemia” que está impactando os quenianos de maneira mais grave que a de Covid19 neste momento: o governo, e em particular a *Nairobi Metropolitan Services (NMS)* que tomou de maneira coercitiva a administração da cidade no último 25 de Fevereiro.<sup>1</sup> Mesmo que os residentes urbanos pobres tenham que enfrentar “ambas as pandemias” ao mesmo tempo, a administração municipal está se provando muito mais perigosa do que a doença.

Nas primeiras três semanas de Maio, dois meses após o início do *lockdown* que devastou os modos de vida da maioria da cidade, a NMS expulsou cerca de 7000 moradores, além de destruírem suas casas e não oferecerem nenhum tipo de compensação ou moradia alternativa. Todas estas casas se localizavam em regiões de Nairóbi as quais denomino em meu trabalho de “espaços fora-da-lei”. Estas áreas, usualmente localizadas no leste da cidade e submetidas intencionalmente a um governo urbano colonial, foram transformadas em foras-da-lei em dois sentidos: elas são intencionalmente empurradas para o exterior do campo da Lei uma vez que lá não há garantia sequer dos direitos básicos de nossa Constituição, e – ao mesmo tempo – são alvos de constantes processos de criminalização.



# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

O efeito de longa duração dos processos coloniais de planejamento urbano em Nairóbi garantiram um estado das coisas em que os habitantes destes espaços fora-da-lei possam ser expulsos subitamente – sem aviso prévio ou qualquer compensação adequada – ao passo que suas regiões são alijadas de provisões básicas como água encanada e serviços sanitários. Estas marginalizações formais e constantes estão também conectadas a uma presença mais ostensiva das forças de policiamento e da criminalização dos seus residentes, assegurando que aqueles que não tem água são também os mesmos que serão mortos pela polícia, combinando processos sinistros que estabilizam uma morfologia e reprodução de ecologias da exclusão (Kimari, 2019).

Como fala uma jovem e forte ativista de Nairóbi na epígrafe que dá início a este texto, o governo está atualmente competindo com o Covid-19 para ver quem “acaba com os quenianos primeiro”. Atualmente, muitas regiões da Nairóbi Fora-da-Lei estão lidando com a falta de água, num momento em que o ato de lavar as mãos se tornou particularmente imperativo. Somado a isso, a versão queniana de *mini-lockdown* (onde a maioria dos trabalhos estão suspenso ou interrompidos, mas alguns serviços fundamentais autorizados pelo governo funcionam e a ocupação das ruas é restrito ao período entre as 5 e as 17 horas) é vigiada de maneira tão severa que nada menos que 20 pessoas foram assassinadas por policiais por simplesmente estarem nas ruas durante horário não permitido.<sup>2</sup> Vítimas de assassinatos extralegais, que incluem um garoto de 13 anos de idade, Yasin Moyo, baleado na sua varanda as 19h20 num espaço fora-da-lei em Kiamaike – Mathare, e um motorista de *boda-boda*, como chamam aqui o serviço de moto táxi, que foi morto ao sair para transportar um vizinho até o hospital em horário não permitido. E mais, com medo de sair de suas casas depois das 19hrs, mulheres grávidas têm morrido enquanto dão luz sem ter acesso a cuidados médicos de uma maternidade, e aqueles que por algum motivo se sintam mal durante a noite se veem obrigados a sofrer durante a madrugada para só depois ir atrás de assistência médica. Esses eventos são somados com a quantidade exacerbada de pessoas que perderam suas moradias devido às remoções, pessoas estas que representam 60% da população citadina mas que vivem em apenas 7% do território urbano. Uma vez que estas populações sobrevivem através de trabalhos informais e diários que não estão mais funcionando devido o *lockdown*, muitas destas pessoas estão se alimentando com apenas uma refeição ao dia.



Figura 1: Menina na fila para água, em Kosovo-Mathare, meados de Maio, 2020. Créditos: Juliet Wanjira

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Diante desta situação, organizadores comunitários em áreas como Kayole, Githurai, Dandora e Mathare estão questionando se o governo quer *angamiza* [acabar com] o corona ou seus cidadãos. Estes questionamentos críticos são feitos por moradores que estão envolvidos em espacialidades com uma história específica e que delinea aqueles que são capazes de “trabalhar em casa” (Usando as redes de 4G da Google lançados pelo presidente especificamente para este propósito) e eles, a maioria da cidade, que vivem em pequenas e muitas vezes frágeis moradias. Certamente estes questionamentos podem ser sobrepostos cartograficamente sobre geografias urbanas que nunca foram planejadas para existir.

## De Enkare Nyrobi, para Nairóbi “a cidade mais veloz do planeta”

Antes de Nairóbi ser Nairóbi, a inspirante colonial e depois pós-colonial “cidade verde do sol” era Enkare Nyrobi. O lugar com águas calmas, era um sítio com um complexo de rios que providenciavam um local de encontro e comércio para um grande número de grupos étnicos vizinhos. Após a já notória Conferência de Berlim de 1884-85, onde países europeus dividiram o continente de forma a satisfazer seus poderes (e egos), esta geografia a qual Nairóbi vivia suas práticas socioecológicas se tornou um emaranhado de maquinacões do capitalismo racial. Em 1899, já com seu novo status britânico de “Protetorado do Leste Africano”, ela se tornou de intermediação entre o centro do Quênia e Uganda.

Sua condição precoce de aglomeração urbana e entreposto comercial de logística entre Uganda e o império inglês, também funcionou para demarcar formas distintas de zoneamentos racializados na cidade desde seu nascimento. E estas demarcações raciais ganhavam relevância muito antes da independência do Quênia. Este zoneamento original colocou os brancos protegidos em lugares mais secos, frios e elevados, livres da malária e que lhes ofereciam pontos privilegiados de vigia (basicamente, o set do filme *Out of Africa*). Descendentes sul-asiáticos, trazidos no fim do século XIX para construir as ferrovias sob condições torturantes de trabalho, se estabeleceriam em áreas baixas e menos verdes, produzindo efetivamente uma espécie de fronteira entre áreas brancas e negras. Africanos, que eram formalmente proibidos de viver na cidade até o fim da Segunda Guerra Mundial (eles poderiam estar aqui se tivesse um trabalho, e mulheres africanas não eram permitidas sob nenhuma circunstância – elas podiam apenas ser imaginadas como vetores bioculturais da vida africana nas áreas rurais) eram informalmente reconhecidos nas áreas “crepusculares” da cidade, que eram construídas em terrenos baixos, com forte presença de malária e de enchentes recorrentes. (Otiso 2002; Hake 1977; White 1990).

Durante a independência, estas partes da cidade nativa – a *citê indigene* de Fanon – governadas formal e informalmente por critérios racionalizados ditados pela colônia continuaria a oferecer pouco ou nenhum direito a seus moradores. As cicatrizes e estigmas que derivavam da governança urbana colonial – uma associação de práticas e ideias sociais, econômicas, políticas e ecológicas – permaneceriam mesmo que a “cidade pós colonial” afirme sobre si mesmo uma substituição da raça pela classe como critérios determinantes para a separação dos sujeitos e seus locais de moradia (Owuor and Mbatia 2008; Hake 1977; Kimari 2019).

Agora, de acordo com observadores internacionais, Nairóbi é a capital da “savana do silício”, uma referência anedótica a posição do Quênia como polo tecnológico, principalmente devido ao M-PESA, um serviço móvel de transferências monetárias instantâneas, e também devido à abundância de projetos sociais ligados à tecnologia da informação que se espalharam pela cidade. É este tipo de representação que, segundo matéria recente da rede CNN, faz de Nairóbi “a cidade mais veloz do planeta” uma “metrópole próspera” e que é a única “cidade com um parque para safári logo depois da sua calçada”.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

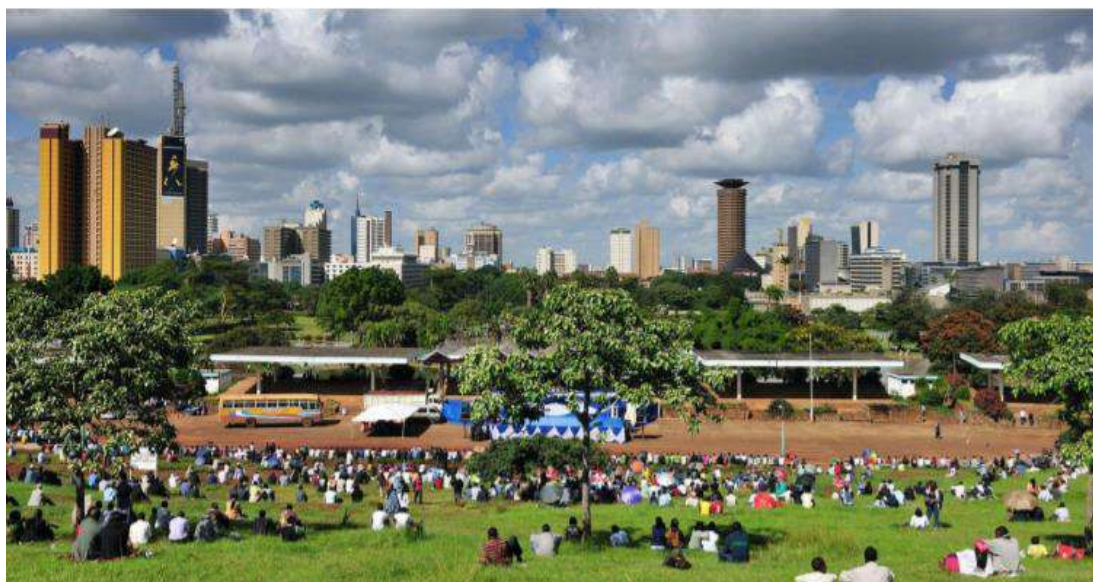


Figura 2: Foto do parque Magical Kenya uma iniciativa do Comitê Queniano de Turismo. Disponível no [site oficial do Magical Kenya](#)

Nas realidades locais, para além daquilo que parece uma comissão de relações-públicas do governo, enquanto há orgulho pela cidade e sentimentos de lar, muitos de seus residentes também consideram Nairóbi um emaranhado de vidas e modos de vida unidos através de variadas alianças frágeis entre dificuldades e determinações que, de alguma forma, consegue se sustentar.

## A cidade da ajuda mútua.

*O povo de Nairóbi tem, contudo, um modo de desafiar as situações de maiores desamparos ao se adaptarem a expedientes que são ao mesmo tempo simples e heterodoxos. (Andrew Hake, African Metropolis)*

E a Nairóbi fora-da-lei provavelmente tentará resistir. Escrevendo sobre a antiga cidade nativa a quarenta anos atrás, Hake (1977) detalhou um espaço que, apesar das expulsões e negligências feitas pela administração municipal, possuía uma grande determinação em sobreviver. Era, como ele chamou, uma cidade de ajuda mútua – uma geografia de ajudas compartilhadas, entre os seus, que tinha como pressuposto o abandono do estado.

Atualmente, enquanto ambas as pandemias persistem – o Covid-19 e a governança urbana colonial imposta pela NMS, os residentes das partes pobres de Nairobi estão encontrando maneiras de protestar por suas demandas e encontrar formas colaborativas de “mutuamente-ajudar” uns aos outros.

Uma vez que não usar máscaras em espaços públicos pode render uma multa de até 20 mil xelins quenianos (aproximadamente 200 dólares americanos), organizações locais estão se juntando para a produção massiva destas máscaras, compartilhando-as com os mais vulneráveis, os idosos, as pessoas com deficiência, os doentes e os jovens. Junto a isso, aqueles que foram expulsos de suas casas e agora vivem na rua estão recebendo pequenas e consistentes doses de solidariedade de seus vizinhos e também de outras áreas da cidade.

Também tem acontecido de trabalhadoras domésticas que estão sendo impedidas de ir trabalhar em áreas como Eastleigh, por estas áreas terem se tornado de alta transmissão do coronavírus, subornarem policiais para que eles afrouxem os bloqueios, permitindo que elas lavem roupas e limpem casas dos outros por 200 xelings (dois dólares). Apesar de a remuneração ser menor que a salário-mínimo diário queniano, é também o suficiente para comprar comida e satisfazer necessidades mínimas diárias.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



Ao mesmo tempo, artistas locais estão usando o grafite para comunicar mensagens sobre o coronavírus pelos muros da cidade, ajudando os cidadãos a se manterem seguros. Enquanto isso, associações comunitárias estão protestando na frente do escritório da *Nairobi City Water* e da *Sewerage Company* demandando água limpa, saudável e com preço justo, além do fornecimento de estações gratuitas para lavar as mãos.

Os residentes urbanos pobres continuam reclamando por dignidade, direito a vida e serviços básicos, eles provam as observações de Hake de décadas atrás “o povo de Nairóbi tem, apesar de tudo, um jeito de desafiar situações de desamparo ao se adaptar expedientes ao mesmo tempo simples e heterodoxos”. De fato, mesmo que ela esteja enfrentando não uma, mas duas pandemias ao mesmo tempo, a Nairobi fora-da-lei sobreviverá.



Figura 3: Fotografia dos ativistas do centro de justiça após eles terem sido liberados de uma delegacia de polícia, os ativistas foram detidos por organizarem um protesto em frente a um escritório da Nairobi City Water Sewerage Company. Créditos: MaryAnne

## FONTES E MAIS INFORMAÇÕES:

<sup>1</sup> A maneira como a administração de Nairóbi foi rebaixada para dar lugar ao *Nairobi Metropolitan Services*, dirigido por um general militar, merece um artigo separado.

<sup>2</sup> Nota adicionada à tradução: Este parece ser um agravamento de um processo recente de produção sistemática de execuções praticadas por agentes de Estado no Quênia. Segundo um estudo recente do Mathare Social Justice Centre (MSJC), entre 2013 – 2016 foram contabilizadas 803 mortes produzidas por intervenção de forças policiais do país.

Hake, Andrew. 1977. *African Metropolis: Nairobi's Self-Help City*. New York: St. Martin's Press.

Kimari, Wangui. 2019. "The story of a pump: life, death and afterlives within an urban planning of "divide and rule" in Nairobi, Kenya." *Urban Geography* 1-20.

Owuor, Sam, and Teresa Mbatia. 2008. *Post-Independence Development of Nairobi City, Kenya*. Paper presented at Workshop on African Capital Cities organised by CODESRIA, Dakar, Senegal, September 22–23.

["The problem with predicting coronavirus apocalypse in Africa."](#)

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/re  
itoria/caaf

Otiso, Kefa. 2005. "Colonial Urbanisation and Urban Management in Kenya." In African Urban Spaces in Historical Perspective, 73–95. Rochester, NY: University of Rochester Press.

["Nairobi: The fastest city on the planet?"](#)

White, Luise. 1990. The Comforts of Home: Prostitution in Colonial Nairobi. Chicago: University of Chicago Press

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

## “Continuam matando nossos meninos”!

Débora Maria da Silva

\*Membra Fundadora do Movimento Independente Mães de Maio e pesquisadora do CAAF|Unifesp



Esse ano de 2020 completou 14 anos dos crimes de maio. Os crimes de maio foram um dos maiores massacres da história contemporânea na democracia do nosso país, que vitimou mais de 600 meninos no Estado de São Paulo. A maioria, negros, moradores de favelas e de periferias. Esse massacre foi crucial... os crimes não foram investigados, não tiveram um resultado positivo para as famílias que ficaram devastadas, com sequelas desencadeadas pelo luto e sofrimento, tendo em vista várias perdas de mães com câncer no útero, nas trompas, nas mamas... perdemos também com depressão, com AVC. Tem também pais que sofreram AVC. Vimos famílias inteiras devastadas com os crimes de maio, para além de perder os filhos, foi uma impunidade velada. Não houve o grito que deveria acontecer numa democracia, não houve o luto, não houve um minuto de silêncio por parte dos órgãos competentes, principalmente na gestão de um presidente de esquerda que se calou perante esses crimes. As instituições de direitos humanos não bateram na tecla para investigar, se debruçar, cobrar... muito menos a mídia. Então, esses crimes de maio foram acobertados por uma copa do mundo e a dor ficou com essas mulheres, e muitas delas perderam a vida abandonadas pelo Estado, sem um tratamento psicológico. Enfim, nada veio de devolutiva e de amparo perante o Estado. Saímos batendo em várias portas pra poder entrar, muitas vezes sendo criticadas pelos intelectuais que acham que os crimes de maio já são passado, mas os crimes de maio não ficaram no passado. Está muito presente quando vemos um menino ser assassinado dentro da sua casa como o João Pedro. A atrocidade dos crimes de maio foi importada para outros Estados, tendo em vista que o João Pedro, o Guilherme e tantos outros meninos estão morrendo porque existe um projeto de extermínio da população pobre, negra, moradora de favela e da periferia. É um projeto de matar o pobre no Brasil e não há um grito. Geralmente o grito só fica com as mães e com os familiares. Geralmente o grito é um grito meio midiático, a luta do povo brasileiro é um pouco midiática, no calor da situação há um empenho rápido, depois passa, porque o brasileiro tem amnésia.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf



Tributo as Mães de Maio e as mulheres de coragem do Brasil e de todo mundo" Carlos Latuff, Maio/2011. Disponível em: <http://maesdemaio.blogspot.com/2011/05/outro-tributo-as-maes-querreiras-de.html>

Não podemos achar normal que o brasileiro tenha memória curta, sabendo que morreram mais de 600 meninos pelo braço armado do Estado, onde os assassinos não foram punidos. A luta vem por intermédio das próprias mães. Há cobrança, alguns avanços, mas quando vemos que as instituições e a população esquecem, tem memória fraca, a gente lembra que quem não se lembra dos crimes do passado, permite que aconteça no presente e muito mais no futuro. Temos que olhar os crimes do passado pontuando os crimes do presente. Se os crimes da ditadura tivessem tido uma punição, não tinha os crimes de maio, estaríamos de fato vivendo em um Estado democrático de direito. Mas também, como podemos dizer que vivemos em um estado democrático de

direito onde temos uma polícia militarizada? Quem tanto fala em democracia ficou no comodismo de ver a polícia militarizada atacando os mais pobres e na maioria negra. Há um projeto de dizimar a raça negra e embranquecer o Brasil. Esses crimes são devastadores, veja que 77% das mortes ocorridas no Brasil, um país que se diz democrático mata mais de sessenta mil jovens por ano, a maioria negros, pobres, moradores de favelas e periferias, uma ditadura continuada, perversa, que nunca acabou e tem que acabar. Exigimos um empenho dos intelectuais de

bater nessa tecla sobre a desmilitarização das nossas vidas. A morte do João Pedro é uma morte tida como só mais uma nas estatísticas. A população pobre e negra morre invisível, não há um clamor, como quando é um intelectual que morre e imediatamente o crime é descoberto, investigado e os assassinos são punidos. É preciso fazer uma reflexão muito grande em cima dessas mortes num Estado democrático de direito. Não se pode aceitar que tiveram valas clandestinas só no tempo da ditadura, pois existem valas continuadas na democracia com os mesmos *modus operandi*. Um exemplo são os desaparecimentos forçados que são muito maiores do que mostram as estatísticas dos homicídios. As pessoas não voltam pra casa! O Estado nega o direito desse cidadão brasileiro de existir. Então há uma ditadura camuflada em uma democracia, ela nunca acabou e tem que acabar. Tendo em vista que estamos vivendo também uma ditadura na saúde. Temos um presidente que não se comove com as perdas dos brasileiros que estão sendo dizimados e que tem rosto. Uma doença, uma pandemia que deveria estar comovendo todo esse país. As cúpulas da presidência e das próprias instituições do judiciário não fazem um levante de solidariedade a essas mortes acontecendo, devido à pandemia. Tiveram mães que contraíram a doença. Em 24 horas estamos vendo mais de mil pessoas sendo mortas pela omissão. Estamos tendo uma ditadura contra a saúde pública. A maioria sobre cai sobre a população pobre, negra, tendo em vista que se está encobrindo qual é a cor e quem são essas pessoas que estão morrendo. É um projeto. A pandemia é um projeto de um novo Brasil, um novo mundo da tecnologia. A morte dessa população é a morte da massa trabalhadora que pra eles não servem mais. Então, tem que acabar um pouco com a população porque a tecnologia está aí. Corpos físicos sendo substituídos por máquinas. Faz parte do capital essas mortes recorrentes dessa pandemia. O capital produz tudo que é tipo de faceta, com a colaboração dos governantes quando é omissos, principalmente no nosso país. Um país que sabia, podia ter prevenido essas mortes, mas não fizeram a prevenção e continuam não fazendo.

## Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



[www.unifesp.br/revista/caaf](http://www.unifesp.br/revista/caaf)

Já são mais de cinquenta mil mortes com a pandemia e ainda estão construindo hospitais de campanha com falta de insumos para os trabalhadores. Muitos trabalhadores da saúde estão trabalhando doentes, com medo de perder os seus benefícios. Os trabalhadores que morrem não estão sendo amparados pelo Estado e nem pelo país. O Brasil tem que ser punido pela ausência de compromisso com a saúde pública por parte do governo federal!

No meio de uma pandemia dessa o que se mais vê é uma guerra por siglas partidárias para garantir o poder, garantir os privilégios o privilégio dos amigos, das famílias de quem está no poder, mas não da população brasileira. A população está jogada, tendo em vista que o SUS está aí segurando esse abacaxi. Um SUS sucateado, falta tudo e mesmo assim essa pandemia no meio de um ano eleitoral... a politicagem do nosso país só pensa na garantia do seu poder e não da população. Eu acho que o nosso país está mergulhando no fundo do poço quando vemos que a saúde pública também faz parte de uma ditadura continuada.



# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

## A luta na favela em tempos de pandemia continua sendo pelo direito de viver.

Fórum Social de Manguinhos e Mães de Manguinhos

Nesse texto, os movimentos Fórum Social de Manguinhos e as Mães de Manguinhos relatam sua trajetória de atuação como movimento de favela e as ações que estão desenvolvendo durante a pandemia. A luta pelo direito à vida digna sempre esteve presente nas ações desses coletivos, e durante a pandemia de coronavírus, elas reforçam o papel fundamental das ações de solidariedade como resposta às políticas de morte oferecidas pelo estado.

### Fórum Social de Manguinhos

**COLETIVO DA FAVELA DE MANGUINHOS  
FUNDADO EM MARÇO DE 2007.**

@fsmanguinhos



O Fórum Social de Manguinhos (FSM) foi criado em 2007, a partir de uma ampla articulação local de moradoras/es, instituições religiosas, de saúde, educacionais e do terceiro setor, com o objetivo de incidir nas políticas públicas, especialmente saneamento e moradia, implementadas em Manguinhos com a o início das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao longo tempo, o FSM manteve a luta pela garantia de direitos dos moradores de favelas e passou a atuar em outros temas como cultura e educação. Com o aprofundamento da militarização e dos efeitos da chamada “guerra às drogas” na cidade do Rio de Janeiro nos anos 2000, que se configura como o enfrentamento armado aos territórios<sup>1</sup> sob a justificativa de um suposto enfrentamento ao mercado do varejo das drogas, este coletivo direcionou suas pautas de luta para a denúncia da violência policial, e do racismo.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf



A história do Coletivo Mães de Manguinhos se mistura à do FSM e da intervenção violenta e militarizada do Estado em Manguinhos, com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). O Coletivo Mães de Manguinhos, tem como marco de “criação” o ano de 2014. É um movimento formado por Mães da Favela de Manguinhos RJ, que tem filhos encarcerados ou que perderam seus filhos pelo braço armado do Estado, a polícia. A relação de apoio mútuo das Mulheres-Mães<sup>2</sup> que compunham o FSM desde 2013, resultou no surgimento de um novo coletivo, diante de sua “especificidade” de mulheres em luta pelas violências sofridas por seus filhos. A partir de então, o FSM incorporou a luta contra o genocídio<sup>3</sup> e denúncia da letalidade policial.

Em outubro de 2012 as forças militarizadas do Estado invadiram Manguinhos para a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no ano seguinte dois jovens foram assassinados por policiais: Matheus Casé e Paulo Roberto Pinho, filho de Fátima Pinho, que desde então não deixou de lutar por memória, verdade e justiça. Em 2014, Johnatha Oliveira Lima e Afonso Maurício também foram assassinados por policiais, fazendo com que Ana Paula Oliveira também entrasse na luta. Em 2015, uma nova perda brutal, Christian de Andrade, foi assassinado aos 13 anos de idade, levando também para a Luta Janaina Soares, sua mãe que nos deixou em 2018. Em 2016 Eliene Vieira, mãe de um jovem que foi encarcerado se junta ao coletivo, que hoje acolhe outrasmulheres e atuam para que nenhum jovem seja morto ou encarcerado pelo Estado Genocida Brasileiro.

Como se percebe, os dois coletivos atuam de forma articulada contra as violências exercidas historicamente pelo Estado em Manguinhos, violências estas que se aprofundaram com a pandemia, exigindo novamente a assunção de novas pautas, como a garantia da vida em seu sentido mais elementar, com a mobilização para o fornecimento de alimentos, produtos de higiene e condições básicas de saúde.

Sabemos que a situação dos moradores de favelas e periferias já vinha se agravando pelos cortes estabelecidos pelo governo federal nas políticas nacionais de saúde e educação desde a promulgação da Emenda Constitucional 95. No estado do Rio de Janeiro, a crise das políticas sociais foi sentida com o aumento da população de rua, dos trabalhadores informais e do desemprego da juventude. Nas favelas de Manguinhos, a quantidade de jovens trabalhando em lava-jatos improvisados, vendo balas nos trens ou trabalhando como camelôs demonstra como a crise econômica e política e social precarizou ainda mais a vida de milhares de pessoas.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf



Além da de enfrentar essas dificuldades, outro medo que assolou a favela é a ausência de políticas de sanitárias e de saúdes específicas. Os dados existentes não conseguem refletir que os moradores vivem no cotidiano. Os relatos mostram que na favela a pandemia piorou o atendimento de saúde. Casos de mortes relatados pelos moradores não aparecem nas estatísticas. Não há plano sanitário específico para essas áreas e muito menos testagem para todos. Tudo isso tem relação direta com a forma como os moradores lidam com a epidemia. Se não existe dados sobre a epidemia, se não existe testagem, não tem doença que leve o morador a optar por uma quarentena na miséria.

A forma de combate ao vírus que continuou sendo oferecida pelo estado foram as políticas de morte. A maneira que o governo encontrou de tentar reter as pessoas que moram em nas favelas foi através de confrontos. As operações policiais não cessaram, muito menos as mortes. O número de homicídios cometidos pela polícia no estado do RJ que teve um aumento assustador entre abril e maio de 2020, se comparado com o mesmo período no ano de 2019, tornando tudo ainda mais difícil. Em Manguinhos contabilizamos três operações policiais com pelo menos 05 mortes confirmadas. Parece que para o estado, o vírus a ser combatido é própria favela e seus moradores.

Pais e mães que perdem seus empregos, famílias passam necessidade, seiscentos reais não bastam, e tudo que o estado oferece é o poder bélico. Como a favela sobrevive na quarentena? Por entender que com a chegada do coronavírus as violências nas favelas só aumentam, Fórum Social de Manguinhos e Mães de Manguinhos uniram forças para fazer um mapeamento e levar alimentos e itens de higiene para as famílias que neste momento estão passando por dificuldades.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Esse trabalho, que começou no mês de abril, vem recebendo o apoio de grupos, coletivos, organizações e pessoas- Trabalhadoras da Fiocruz, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Instituto Nelson Mandela, Fase, Iser, depósito de doadores – que como nós, entendem a ação humanitária é uma necessidade, mas também uma forma potente de atuação política. Já entregamos cestas básicas, máscaras, kit de limpeza, álcool em gel para mais de 200 famílias, mulheres egressas do sistema prisional, pessoas idosas, com necessidades especiais. E a demanda só cresce.

Essas ações estão sendo feitas à base de muito esforço coletivo, muita coragem e muito compromisso com a melhoria da vida dos moradores de Manguinhos. Esperamos que outras pessoas nos apoiem e entendam que nas favelas, seguiremos denunciando a violência do estado e lutando pelo direito à vida com muita solidariedade.

**A campanha “Combate ao Coronavírus em Manguinhos” é realizada pelo Fórum Social de Manguinhos e as Mães de Manguinhos, e visa arrecadar doações financeiras, de alimentos e produtos de limpeza para famílias em situação de vulnerabilidade nas favelas. Para colaborar e ter mais informações vocês podem acessar as mídias sociais dos movimentos:**

<https://www.facebook.com/forumsocialdemanguinhos/>

<https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/>

[@maes.de.manguinhos](https://www.facebook.com/maes.de.manguinhos)

[@fsmanguinhos](https://www.facebook.com/fsmanguinhos)

## FONTES E MAIS INFORMAÇÕES:

<sup>1</sup> Trabalhamos neste texto, o território, não como terra ou espaço físico, mas como espaço criado e mantido pelas pessoas onde se conformam relações sociais e identidades que por sua vez se conformam a partir das relações de poder que o compõem, como no conceito de Milton Santos. Cf.: SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D.; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. Tais questões podem ser compreendidas a partir das análises de Rachel Barros na tese Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo (2016).

<sup>2</sup> Cf.: Cruz, M.C. Aqui a bala come, não tem aviso prévio: favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória. Dissertação de mestrado. PPGSS/ESS/UFRJ. 2020

<sup>3</sup> Falamos de genocídio em seu sentido amplo (morte física, impedimento de desenvolvimento familiar, psíquico, cultural, econômico, etc.), tal qual o sentido literal, baseadas em autoras/es. Cf.: NASCIMENTO, A. Genocídio negro no Brasil: processo de um racismo mascarado. São Paulo : Perspectiva, 2016; FLAUZINA, A. L. P. As fronteiras raciais do genocídio. Direito.UnB, Brasília, v. 01, n. 01, p. 119-146, jan.-Jun. 2014; MAIO, M. M. D. Periferia Grita. Mães de Maio. Mães do Cárcere. São Paulo: Fastprint e Pigma, 2012



**NOTÍCIAS**

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

## O Estado que mata.

Aline Khouri

\* Jornalista



No início de 2019, o jornalista Bruno Sousa descreveu como era sua rotina em uma favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio (RJ). Ao contar uma série de episódios sobre as diversas abordagens policiais a que foi submetido, Bruno explicou como o racismo o fez chorar. A esposa do jornalista, extremamente preocupada com sua segurança, teve uma piora no quadro de ansiedade e depressão quando ele demorava a chegar da rua. Jovem e negro, ele confessou sentir um medo que o acompanhava desde a infância: morrer nas mãos da polícia. Felizmente, Bruno está vivo e não se transformou em mais uma vítima do Estado. Destino oposto teve Guilherme Silva Guedes, 15 anos, assassinado recentemente por policiais na Zona Sul de São Paulo (SP).

Segundo o depoimento de um familiar, o adolescente estava na frente da casa da avó, na Vila Clara, quando foi sequestrado por dois homens armados. Seu corpo foi encontrado em Diadema, na Grande São Paulo, com machucados, ferimentos de tiro na cabeça e em uma das mãos. Dois policiais militares foram apontados como suspeitos do crime e o Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) revelou que eles cuidavam da segurança de um balcão de uma prestadora de serviços para a Sabesp, na Zona Sul da cidade. Os investigadores acreditam que os policiais confundiram Guilherme com jovens que furtavam objetos da empresa.

Sua morte foi o estopim para o início de protestos de moradores do bairro contra a violência policial e que se alastraram para outras regiões de São Paulo. A população local ateou fogo em ônibus que estavam na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira para mostrar que vidas negras também merecem dignidade e respeito. Em resposta, sofreu a represália agressiva contra a qual estava lutando de policiais militares. Os dados dos casos de violência policial foram excluídos pelo governo federal do relatório de 2019 sobre agressões aos direitos humanos. Acusado de falta de transparência e após determinação da Justiça Federal de Nova Iguaçu (RJ), o governo divulgou que foram recebidas 1486 denúncias de violência policial em 2019, o segundo maior número desde 2011.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

O estado de São Paulo foi o líder em denúncias contra policiais com 319 registros. No ano anterior, foram 293 denúncias. Em seguida, os maiores números são de Minas Gerais (227 registros), Ceará (122 registros) e Rio de Janeiro (84 registros). Entre os tipos de violência especificados pelo relatório do Disque 100 estão abuso financeiro e econômico/violência patrimonial, direito à memória e à verdade, discriminação, exploração do trabalho infantil, negligência, tortura, trabalho escravo entre outras. Em relação ao perfil das vítimas, os dados mostram uma grande discrepância de gênero, sendo 1179 do sexo masculino e 295 do sexo feminino. Além disso, 156 pessoas tinham entre 15 e 17 anos, 214 tinham entre 18 e 24 anos e 162 estavam na faixa etária compreendida entre 25 e 30 anos. Nas informações sobre raça, há uma defasagem significativa, já que 978 casos não informaram os dados da cor da pele. Do total registrado, 246 vítimas eram brancas, 400 eram pardas e 114 eram negras. Guilherme fazia parte de um dos grupos que mais sofre violência policial: o de jovens e negros. Conforme mostram os meios de comunicação e o levantamento feito pelo governo federal, seu assassinato não é exceção, mas faz parte de um raciocínio estrutural que persegue e abusa de determinados corpos enquanto preserva outros.

Depois de uma série de abusos policiais, o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), anunciou um programa cujo objetivo é mostrar para as tropas que a violência não deve ocorrer. A proposta é que o novo treinamento chegue aos policiais que trabalham nas ruas em até 20 dias, após os coronéis e policiais de patentes menores serem instruídos.

## FONTES E MAIS INFORMAÇÕES:

[TU, tu e tu, desce agora](#)

[Adolescente negro é encontrado morto após ser sequestrado e família suspeita de PMs](#)

[Dois policiais militares de folgas são apontados como suspeitos da morte de adolescentes de 15 anos na zona sul de SP](#)

[Moradores se revoltam com a PM após morte de adolescente e incendeiam ônibus](#)

[Governo exclui dados sobre violência policial de relatório](#)

[Disque 100 divulga balanço de denúncias de violência policial](#)

[Dória anuncia novo treinamento para polícia militar após atos de violência](#)

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

## Segurança pública e pandemia em debate virtual.



O debate virtual “Segurança pública e pandemia”, realizado no dia 23 de junho de 2020, cujo vídeo segue disponível na internet, teve o objetivo de apresentar e discutir de que maneira as políticas seletivas de segurança pública e, especialmente, a violência policial, seguem acontecendo enquanto são enfrentados os efeitos da covid-19, ambas – violência institucional e pandemia – atingindo de forma mais grave a população negra.

O encontro faz parte do Ciclo de Debates Direito e Pandemia, organizado pelas/os professoras/es de direito da Unifesp e pelo CAAF/Unifesp, e contou com a participação de Ana Gabriela Ferreira (advogada, professora de direito penal e criminologia na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia), Sheila de Carvalho (advogada de direitos humanos e da Coalizão Negra por Direitos e coordenadora de violência institucional da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP), e Thiago Amparo (advogado e professor da FGV Direito SP), além da mediação de Maíra Zapater (professora de direito na Unifesp) e da participação de Giulia Pichitelli (aluna de relações internacionais na Unifesp).

Ana Gabriela Ferreira destacou em sua fala como a pandemia evidencia que a necropolítica está incrustada na organização do Estado brasileiro. Houve um aumento na letalidade policial direcionada contra pessoas negras durante a pandemia, não apenas no sudeste, que tem os dados mais divulgados, mas também no nordeste, como mostram os dados dos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Bahia. Segundo Ana Gabriela, a violência policial contra a população negra não é uma novidade nem uma exclusividade de governos de direita – acontece em altos índices mesmo em estados com governos de esquerda –, mas houve um aprofundamento do projeto de extermínio.

]



# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Sheila de Carvalho reiterou que houve um aumento significativo do número de mortes por violência policial durante a crise de saúde pública, apontando que abril de 2020 foi no Rio de Janeiro o segundo mês da história com mais mortes pela polícia. E compartilhou o que tem sido debatido no âmbito da Coalizão Negra por Direitos sobre os meios para a realização de um controle mais efetivo da atividade policial, a começar pela necessidade de conhecimento do procedimento operacional padrão que instrui a atuação policial nos territórios. Mencionou estudos que mostram como a abordagem policial é seletiva e violenta, e a existência de um arcabouço internacional de decisões que indicam caminhos de reformas possíveis.

Thiago Amparo apresentou uma reflexão a respeito da construção da raça a partir da reprodução da violência direcionada ao controle de certos corpos e territórios, de maneira a justificar a possibilidade de que esses sejam atingidos. Chamou a atenção para o fato de que a pandemia reproduz e exacerba a violência que desvaloriza algumas vidas frente a outras - não apenas a perpetrada pelas polícias, mas também a que acontece cotidianamente dentro das famílias, nas ruas, diante do sistema de justiça, o que tem sido acompanhado por um processo de apagamento, por meio da não produção ou disponibilização de dados sobre essa violência. Especificamente sobre a violência policial, questionou o que justificaria o seu incremento durante a pandemia, quando o número de crimes diminuiu, se não para o controle de alguns territórios e de alguns corpos específicos. Ao final, apontou caminhos que têm se apresentado como possibilidades no combate à necropolítica que vivemos no Brasil: primeiro o fortalecimento de redes de solidariedade, especialmente em comunidades periféricas; e, segundo, a decisão liminar do Ministro Edson Fachin do Supremo Tribunal Federal que, frente a uma mobilização dos movimentos de periferia no Rio de Janeiro, suspendeu operações policiais naquele estado durante a pandemia, salvo em caráter excepcional e com adoção de medidas de controle.

[ASSISTA AQUI O DEBATE SEGURANÇA PÚBLICA E PANDEMIA](#)



# RELATÓRIO

## Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

# Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

**Daniel Veloso Hirata**

\* Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos e Universidade Federal Fluminense

**Carolina Christoph Grillo**

\* Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos e Universidade Federal Fluminense

**Renato Dirk**

\* Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos e Universidade Federal Fluminense

Nesta sexta-feira, dia 26 de junho de 2020, será julgada pelo Supremo Tribunal Federal, em Tribunal Pleno, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de nº 635. O relatório síntese aqui disponível encontra-se anexado aos autos do processo, visando a instruir a decisão dos ministros, e foi elaborado por pesquisadores do Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF) – também ligados Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NECVU/UFRJ) – com base em dados próprios e do datalab Fogo Cruzado - RJ. Nele, são analisados os efeitos de redução da violência da Medida Cautelar deferida pelo Ministro Edson Fachin, que determinou a suspensão de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid-19. Como argumentado no relatório, foram muitas as vidas poupadas por esta liminar que, se mantida, poderá salvar muitas mais.

A ADPF 635 foi requerida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) “a fim de que sejam reconhecidas e sanadas as graves lesões a preceitos fundamentais da Constituição praticadas pelo Estado do Rio de Janeiro na elaboração e implementação de sua política de segurança pública”, como exposto na petição inicial, protocolada em novembro de 2019. No cerne da ADPF 635 está o combate à “excessiva e crescente letalidade da atuação policial, voltada sobretudo contra a população pobre e negra de comunidades”. São exigidas providências como a formulação de um plano para a redução das mortes decorrentes de ações policiais, protocolos claros para a realizações de operações, a proibição de disparos de tiro nas imediações de creches, escolas e equipamentos de saúde e maior *accountability* e transparência de dados.

Como *Amici Curiae* da ADPF 635, participam as seguintes instituições e/ou organizações da sociedade civil: EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Justiça Global, Associação Redes de Desenvolvimento da Mare, Movimento Negro Unificado, Instituto de Estudos da Religião – ISER, Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH, Município de Angra dos Reis, Coletivo Papo Reto, Movimento Mães de Mangueiras, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Fala Akari, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. Pela primeira vez na história, movimentos de favela submeteram a sua própria sustentação oral ao STF em um julgamento sobre o tema da segurança pública.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Foi com o intuito de colaborar com essa ação em defesa da vida e da democracia que pesquisadores do GENI/UFF redigiram o relatório aqui disponível, no qual analisam os impactos da Medida Cautelar de suspensão das operações. A base de dados sobre operações policiais do GENI/UFF e sobre tiroteios do Fogo Cruzado – RJ, resultam de iniciativas de produção de dados a partir da sociedade civil, visando a sanar a ausência de dados oficiais sobre essas ocorrências. Por meio das parcerias estabelecidas com organizações da sociedade civil, o GENI/UFF tem buscado desenvolver pesquisas científicas que informem o debate público sobre temas de grande importância como a segurança pública.

Este relatório síntese, redigido com base em dados sobre operações policiais que vêm sendo produzidos pelo Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) e em dados sobre tiroteios produzidos pelo aplicativo do Datalab Fogo Cruzado - RJ, visa a avaliar os impactos da Decisão proferida no dia 5 de junho pelo Ministro Edson Fachin referente ao pedido de medida cautelar na ADPF 635, em que o mesmo é relator. Como ficará demonstrado abaixo, a Decisão do Ministro Edson Fachin contribuiu para reduzir significativamente a realização de operações policiais e, conseqüentemente, o número de feridos e de óbitos decorrentes dessas operações. Resta, portanto, comprovada a efetividade do deferimento do pedido de tutela provisória incidental em preservar vidas. Observou-se, contudo, que houve ainda a realização de operações policiais em favelas durante o período de vigência da Medida Cautelar que determinava a sua suspensão durante a pandemia da Covid-19, “salvo em hipóteses absolutamente excepcionais”, como colocado pelo Ministro. Será argumentado adiante que a análise das motivações identificadas para a realização de operações policiais no período em questão oferece indícios dos motivos do descumprimento à Medida Cautelar.

A base de dados do GENI/UFF sobre operações policiais em favelas na cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana reúne informações sobre a (1) data e local em que são realizadas as operações, (2) quais os órgãos e suas respectivas unidades que as realizam, (3) as motivações para a sua realização e (4) seus impactos, isto é, o número de mortos e feridos e a ocorrência de prisões e apreensões. Os dados selecionados na base referem-se à série histórica iniciada em janeiro de 2007 até o presente ano (2020), o que permite a comparação do período de vigência da liminar concedida pelo Ministro Edson Fachin com os valores totais, a média e o contraste entre o cálculo de tendência e as notificações do mesmo período em anos anteriores. Já o Datalab Fogo Cruzado – RJ vem contabilizando a ocorrência de tiroteios na RMRJ desde o ano de 2016, reunindo informações sobre a data, local, duração, número de mortos e feridos e distinguindo a participação de agentes policiais ou não. Tais dados não se referem diretamente às operações policiais, mas possibilitam ser cotejados com os dados de operações. É importante frisar que tanto a base do GENI/UFF quanto a do Fogo Cruzado - RJ tem a finalidade de preencher a lacuna de dados oficiais acerca das operações policiais e da ocorrência de tiroteios no espaço urbano da RMRJ. Como demonstrado no relatório de pesquisa publicado em dezembro de 2019 e disponível para consulta pela internet, foi identificada forte correspondência entre os dados produzidos pelo GENI/UFF e os poucos dados oficiais disponíveis relacionados às operações policiais, como por exemplo o número de mortes registradas como decorrentes de oposição à intervenção policial. O mesmo ocorre em relação aos dados do Fogo Cruzado – RJ.

Para o presente relatório foi selecionado o período do 5 ao 19 de junho de 2020, os quinze primeiros dias de vigência da Medida Cautelar deferida pelo Ministro Fachin, e os períodos correspondentes em anos anteriores da série histórica que tem início em 2007, tendo como circunscrição geográfica a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp

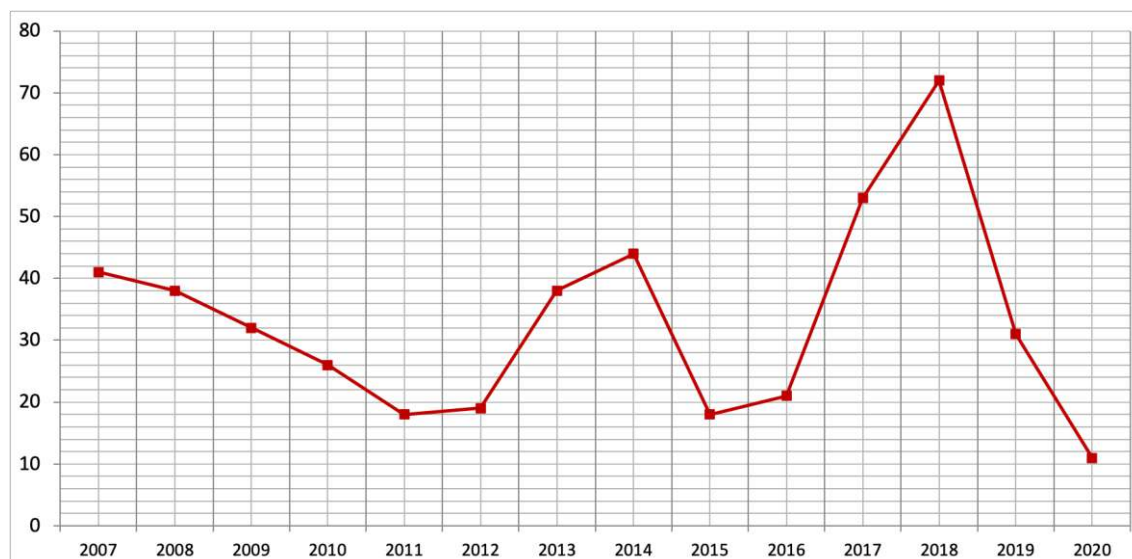


caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

Gráfico 1: Quantidade de operações na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (valores absolutos –5-19 de junho, 2007 a 2020)



Fonte: GENI/UFF

Como pode ser observado no gráfico acima, o período de 5 a 19 de junho de 2020 apresentou a incidência mais baixa de operações policiais em favelas de toda a série histórica considerada desde 2007. Observou-se que houve uma redução de 68,3% das operações realizadas no período considerado em 2020 em relação à média dos anos anteriores e redução de 60,7% em relação à estimativa para 2020, seguindo o cálculo de tendência. Isso significa dizer que a redução na quantidade de operações de 2020 foi da ordem de 2/3, uma redução bastante significativa, dado que esse patamar é mais baixo, inclusive, que o dos anos de 2011-2012, quando do apogeu das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), e que o ano de 2015, quando a capacidade operativa das instituições de Estado do Rio de Janeiro fora drasticamente afetada pela falência fiscal do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Se, por um lado, o gráfico leva a crer que havia uma tendência de queda na realização de operações policiais iniciada em 2019, é importante levar em consideração que 2018 foi o ano da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, caracterizado por um substantivo aumento na ocorrência de operações. No ano de 2019, a realização de operações retorna ao patamar médio anterior que é mantido em 2020 até a Decisão pelo deferimento da Medida Cautelar no dia 5 de junho.

Como resultado da diminuição da quantidade de operações policiais realizadas, houve entre 5 e 19 de junho de 2020 uma redução de 75,5% dos óbitos decorrentes de operações policiais em relação à média de mortes no mesmo período entre 2007 e 2019 e redução de 85,8% de mortos em relação à estimativa para 2020, seguindo o cálculo de tendência. Os valores relativos da redução do número de mortos são significativamente altos se comparados tanto à média do período e à estimativa, demonstrando algum grau de convergência entre o número de operações e o número de mortos decorrentes dessas mesmas operações. Com relação aos feridos, houve, no mesmo período, uma redução de 49,0% em relação à média de mortes no período entre 2007 e 2019 e redução de 49,6% em relação à estimativa para 2020, seguindo o cálculo de tendência. Aqui, o número de feridos caiu pela metade, se comparado tanto à média do período anterior quanto à estimativa para 2020, mais uma vez, apontando para uma relação forte entre a quantidade de operações e a quantidade tanto de feridos quanto de mortos. É possível observar no gráfico abaixo essas informações.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp

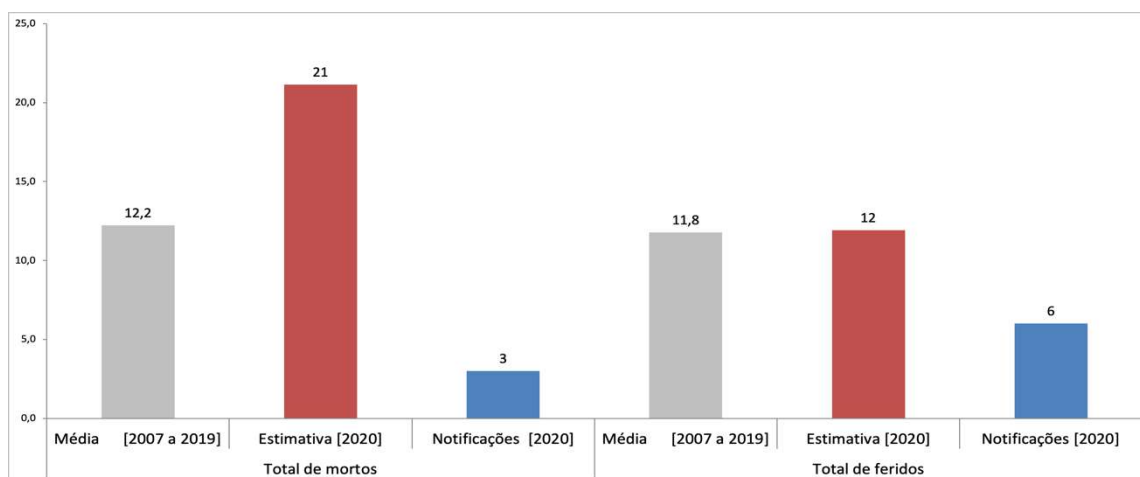


caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/realizacao/caaf

**Gráfico 2: Quantidade de mortos e feridos em operações na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (média, cálculo de tendência e notificações - 5-19 de junho, 2007 a 2020)**



Fonte: GENI/UFF

Como dado especulativo-projetivo, informado pelos dados produzidos, a medida cautelar na ADPF 635 teria preservado 18 vidas somente nesse período de 15 dias, mais de uma vida por dia, ou mesmo, menos nove mortos por semana. Caso mantida em vigor esta Medida Cautelar, após um ano, contando nove mortos por cada uma das 52 semanas do ano, estima-se que cerca de 468 vidas de cidadãos comuns e policiais terão sido poupadas. Esse número seria ainda maior caso fossem considerados os demais efeitos de preservação da vida decorrentes da Medida Cautelar, difíceis de quantificar, como aqueles proporcionados pela maior garantia de paz ao funcionamento dos serviços de saúde e da ajuda humanitária em áreas pobres no contexto específico da atual pandemia. Cabe destacar, complementarmente, que não houve notificação de chacina nesse período em 2020, isto é, operações com 3 ou mais mortes, frente a uma média de quase uma (0,9) chacina no mesmo período dos anos anteriores. Nota-se, portanto, que o deferimento do pedido de medida cautelar foi exitoso em cumprir com a sua principal finalidade, a preservação da vida.

A redução do número de operações policiais e, conseqüentemente, do número de mortos e feridos delas decorrentes constatada com base nos dados do GENI/UFF encontra forte correspondência com os dados sobre tiroteios coletados pelo Fogo Cruzado – RJ. São muitos os tiroteios que diariamente ocorrem no espaço urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e nem todos eles resultam de operações policiais, mesmo aqueles em que há registro da participação de agentes policiais. Ainda assim, a suspensão das operações policiais surtiu o efeito de reduzir de modo bastante significativo as trocas de tiro que tão frequentemente comprometem a condução das rotinas dos habitantes da RMRJ, por lhes expor ao risco de morte e ferimento. Como pode ser observado no gráfico abaixo, a ocorrência de tiroteios caiu 54,1% no período entre 5 e 19 de junho em comparação com a média observada no mesmo período nos anos de 2017 a 2019, redução que é ainda maior, de 70,5%, quando considerados apenas os tiroteios em que foi notificada a presença policial, que são aquelas situações que se aproximam das circunstâncias das operações policiais.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp

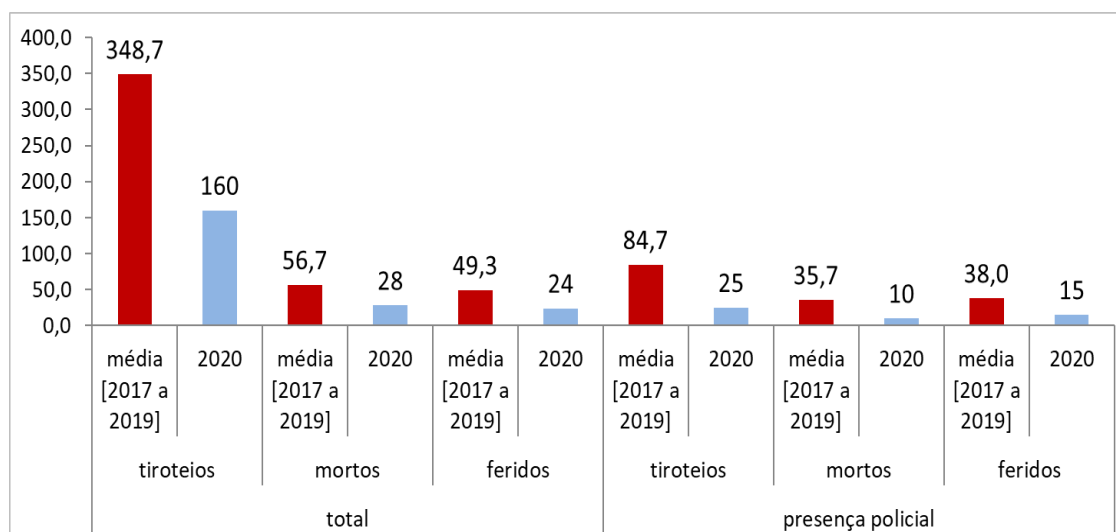


caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

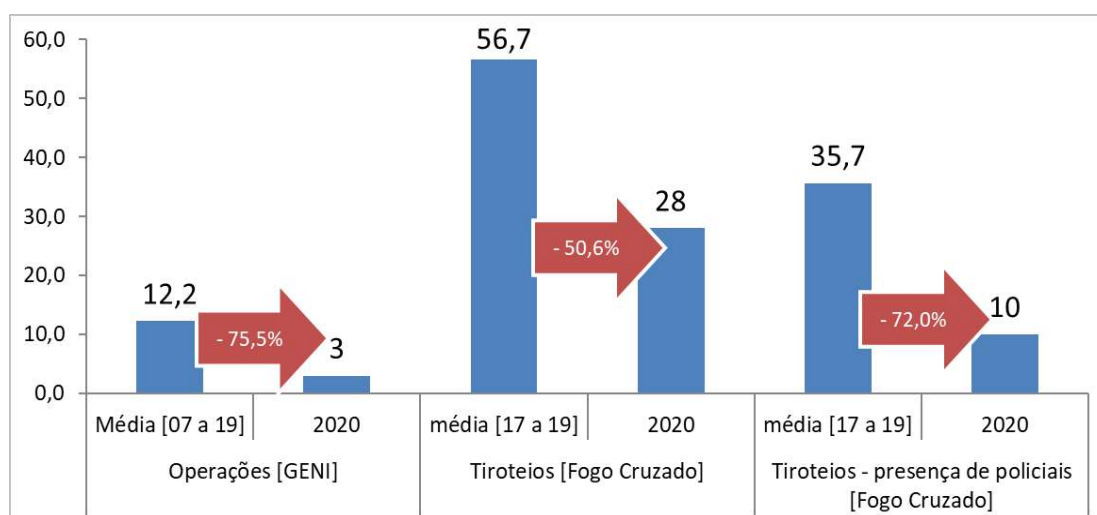
**Gráfico 3: Quantidade de tiroteios, mortos e feridos segundo total e presença policial na RMRJ (média de 2017 a 2019 e total de 2020 - valores absolutos)**



Fonte: Fogo Cruzado – RJ

Os dados do Fogo Cruzado – RJ apontam também para uma significativa diminuição do número de mortos e feridos em tiroteios, como pôde ser observado no gráfico 3. Considerada em termos percentuais, tal diminuição é bastante semelhante à constatada com base nos dados do GENI/UFF sobre operações policiais acima apresentados: cabe destacar a grande convergência nos percentuais de redução de mortes em operações (-75%) e em tiroteios com presença de policiais (-72%), como também, em menor grau, a convergência nos percentuais de feridos em operações (-49%) e em tiroteios com presença de policiais (-60,5%). Os gráficos 4 e 5 apresentam sinteticamente essa comparação do percentual de redução do número de vítimas letais e de feridos notificados nas duas bases de dados de modo a perceber que o cotejamento das duas bases reforça os indícios não apenas de uma redução do número de mortos e feridos em tiroteios e operações, como também apresentam um percentual de redução que é bastante convergente.

**Gráfico 4: Percentual de redução do número de mortos decorrentes de operações policiais e tiroteios com e sem presença policial na RMRJ**



Fonte: GENI/UFF e Fogo Cruzado - RJ

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp

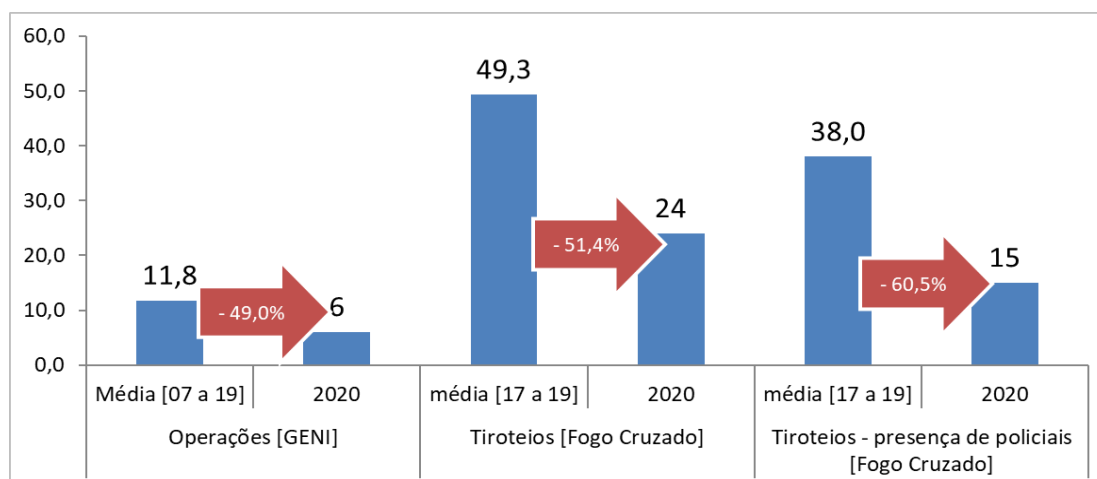


caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

**Gráfico 5: Percentual de redução do número de feridos decorrentes de operações policiais e tiroteios com e sem presença policial na RMRJ**



Fonte: GENI/UFF e Fogo Cruzado - RJ

Apesar de os dados acima constatarem a eficácia em preservar vidas da Decisão do Ministro Edson Fachin sobre o pedido de Medida Cautelar na ADPF 635, observou-se que operações policiais continuam sendo realizadas, ainda que com menor frequência. O monitoramento realizado pelo GENI/UFF constatou a ocorrência de 11 operações policiais em favelas no período entre os dias 5 e 19 de junho. A fim de avaliar se há indícios de descumprimento da determinação do Ministro Edson Fachin, que autoriza a realização de operações apenas “em hipóteses absolutamente excepcionais”, foram analisadas as motivações apresentadas para a realização das operações. Dada a determinação de que as operações fossem “devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – responsável pelo controle externo da atividade policial”, esperava-se encontrar a predominância de operações com maior grau de formalização, motivadas por procedimentos judiciais como os mandados de prisão ou de busca e apreensão, acreditando-se que seriam estas as operações avalizadas pelo Ministério Público, como determina a Decisão sobre pedido de Medida Cautelar na ADPF 635 proferida pelo Ministro Edson Fachin.

No entanto, contrariando essas expectativas e divergindo em relação à média e tendência da distribuição das motivações das operações nos anos anteriores, a principal motivação evocada para a realização de operações no período de 5 a 19 de junho de 2020 foi a retaliação por morte de policial e/ou ataque a unidade policial. Conforme é possível ver no gráfico abaixo, dentre as operações policiais com motivações válidas realizadas nos 15 dias que sucederam a Decisão do Ministro Edson Fachin, a maior parte foi motivada por retaliação por morte de policial e/ou ataque a unidade policial, fato somente ocorrido no ano de 2014, marcado pelo descontrole das ações policiais decorrentes da falência do modelo das UPP's.



# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp

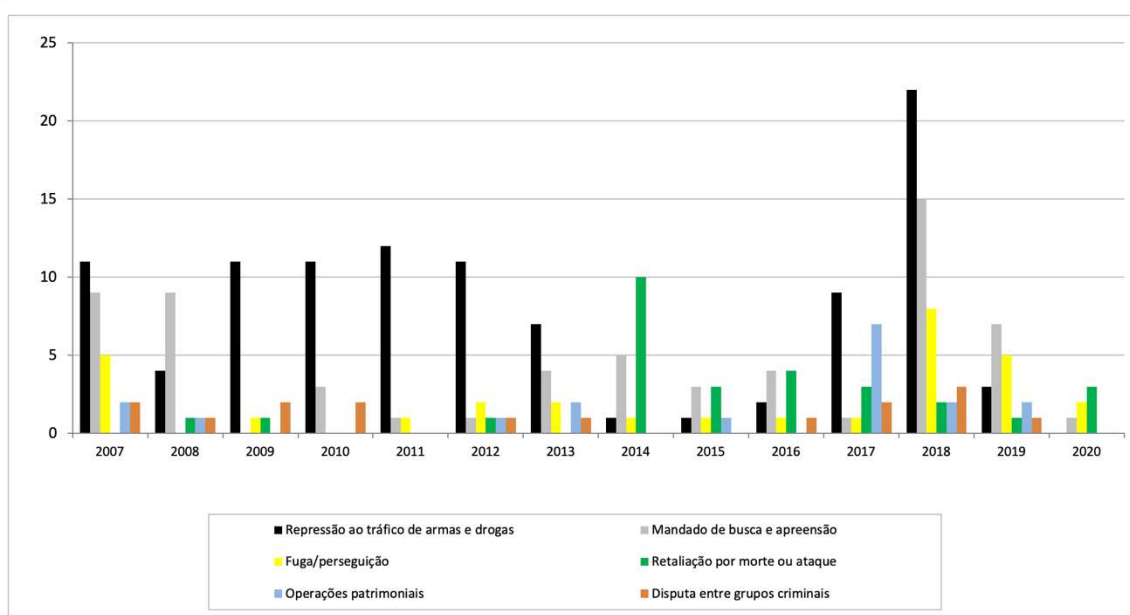


caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Gráfico 2 –Motivações válidas das operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2007-2020)



Fonte: GENI/UFF

Como foi demonstrado em relatório de pesquisa apresentado anteriormente, com escopo temporal maior, existe um padrão de alta letalidade, expresso da razão de mortos (policiais e civis) por operações, quando a motivação é “retaliação por morte de policial e/ou ataque a unidade policial”, sobretudo quando comparadas com aquelas que têm por motivação “mandado de busca e apreensão”. Isto porque as motivações por morte ou ataque a unidade policial, são induzidas por ações voluntaristas, com pouco planejamento, baixa transparência e extrema violência, por vezes se configurando como atos de vingança institucional praticados indistintamente contra comunidades inteiras onde se acredita viverem os supostos agressores. Tais operações não costumam resultar de investigações e tendem a ser conduzidas a partir da discricionariedade policial e sem planejamento ou formalização jurídica e/ou administrativa. A referida pesquisa do GENI/UFF constatou ainda que as operações menos violentas são aquelas que resultam de mandados judiciais e, portanto, apresentam maior grau de formalização jurídica e/ou administrativa. Os dados apresentados no gráfico acima sugerem que as instituições policiais parecem estar infringindo as determinações do Ministro Edson Fachin, permitindo que seus agentes conduzam incursões armadas em favelas sem justificar e informar ao Ministério Público. Não se pode e nem poderia ser o objetivo, com base em dados de pesquisa, concluir pela ilegalidade de todas as operações contabilizadas no período. Contudo, a predominância de motivações de “retaliação por morte de policial e/ou ataque a unidade policial” indicam que possivelmente boa parte das operações de incursão armada em favelas realizadas durante os quinze dias em foco violam as exigências determinadas pela Decisão do Ministro sobre a Medida Cautelar.

Assim, o presente relatório, elaborado em observância ao rigor da pesquisa científica por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense comprometidos com o interesse em qualificar o debate público, conclui que o deferimento da medida cautelar na ADPF 635 produziu efeitos positivos de redução da violência armada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Estima-se que foram salvas 18 vidas em apenas 15 dias e que, se mantida a tutela provisória incidental, muitas vidas mais serão salvas. Constatou-se também que operações continuaram ocorrendo durante a vigência da medida cautelar e que, face à motivação apresentada para a realização das mesmas, são fortes os indícios de que elas ocorreram ilegalmente, ao largo do marco legal da Decisão do Ministro sobre Medida Cautelar e da subsequente fiscalização pelo Ministério Público.

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

## FONTES E MAIS INFORMAÇÕES:

<sup>1</sup> A parceria formal entre o GENI – UFF e o Datalab Fogo Cruzado existe faz dois anos, para saber mais: HIRATA, Daniel; COUTO, Maria Isabel; GRILLO, Carolina; OLLIVEIRA, Cecilia. Échange de tirs: la production de donnes sur la violence armée dans des opérations de police à Rio de Janeiro. Statistique et Sociétés, volume 7, n° 1, junho/julho de 2019.

<sup>2</sup> A proposta analítica deste relatório síntese contrasta os valores totais das nossas notificações para o período de 05 de junho a 19 de junho de 2020 com o mesmo período dos anos de 2007-2019, como também a média entre os períodos e o seu cálculo tendencial. O cálculo de tendência linear é dada pela Equação  $y = a.x+b$ , e serve para estimar um ponto  $y$ , dado um ponto  $x$ , numa série qualquer onde  $a$  = coeficiente angular da reta de regressão e  $b$  = intercepto vertical, e  $x = 1$  em junho de 2007,  $x = 2$  em junho de 2008, e assim por diante. Após foram criadas as componentes "Cíclica e Irregular", calculadas em conjunto, essas componentes tem por função a correção das variações cíclicas presentes em algumas séries. Como não há como prever certos movimentos ascendentes e descendentes, a componente Irregular é calculada em conjunto com a componente Cíclica. A série de cada variável foi recomposta a partir do cálculo de tendências e das componentes "Cíclicas e Irregulares", com o modelo aditivo, ou seja,  $S = t+c$ , onde,  $t$  = série recomposta calculada por  $y$ , e  $c$  = componente cíclica, observando o ciclo dessa mesma tendência, seja de alta ou de baixa, permitindo assim estimar os resultados para 2020. Ver: Downing, Douglas & Clark, Jeffrey. Estatística Aplicada. São Paulo: Saraiva, 2002 e Levine, David et al. Estatística: Teoria e Aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2008

<sup>3</sup> Como argumentado em artigo de divulgação, a lacuna de dados oficiais sobre operações policiais compromete a construção de parâmetros que amparem o debate público sobre o tema. Nosso trabalho tem sido justamente movido nessa direção, qual seja, a produção de dados confiáveis que possam auxiliar o entendimento, a discussão e a avaliação do que vem sendo o principal instrumento da ação pública na área de Segurança Pública no Rio de Janeiro. Ver: [Operações policiais no Rio de Janeiro: da lacuna estatística ao ativismo de dados](#)

<sup>4</sup> <https://fogocruzado.org.br>

<sup>5</sup> [Operações policiais no Rio de Janeiro](#)

<sup>6</sup> [Operações policiais no Rio de Janeiro](#)

# Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação

## BOLETIM EXTRAORDINÁRIO CAAF/UNIFESP DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19.

n. #07 de 26 de junho de 2020



caafunifesp01



caaf\_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/re  
itoria/caaf

### Equipe Responsável:

**Colaboradoras e colaboradores convidados:** Aline Rocco, Aline Khouri, Carolina Christoph Grillo, Daniel Veloso Hirata, Débora Maria da Silva, Evandro Cruz Silva, Fabiana de Andrade, Flavia Medeiros, Fórum Social de Manguinhos, Mães de Manguinhos, Renato Dirk, Wangui Kimari.

**Pesquisa e Redação:** Aline Feitosa, Carla Osmo, Desirée Azevedo, Edson Teles, Flavia Medeiros, João Pedro Silva de Albuquerque, Marília Calazans.

**Arte Gráfica:** João Pedro Silva de Albuquerque.